



Um só movimento no dia 26 de abril Mobilizar as escolas para a greve nacional!

A plenária da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) aprovou a greve nacional para o dia 26 de abril. A direção da Apeoesp acatou a decisão, mas se recusou a convocar uma assembleia estadual para preparar a paralisação. Chamou a atenção o fato das reivindicações de “Revogação do Novo Ensino Médio” e fim das PEIs não encaibarem o cartaz de convocação. Sendo que o fim das PEIs foi substituído pela reivindicação de “interrupção das PEIs”. Outros sindicatos da educação, como Sinpeem e Afuse, até o momento, continuam calados. Novamente, a UNE e UBES não convocaram os estudantes para o dia 26, farão suas manifestações no dia 19. Essa divisão e o silêncio dos sindicatos da educação favorecerem a política do governo de não revogação do “Novo Ensino Médio”.

A Corrente Proletária (POR) defende que as direções sindicais convoquem as assembleias, façam um chamado de unidade às entidades estudantis, objetivando uma massiva greve nacional da educação. Uma poderosa greve em um estado como São Paulo, que é o carro-chefe na implantação da reforma, tem um significado importante na luta nacional pela revogação do “Novo Ensino Médio”.

Responder às decisões do Ministro e do Secretário da Educação

Diante das denúncias de estudantes e professores sobre a farsa do “Novo Ensino Médio”, Camilo Santana, Ministro da Educação do governo Lula, e Renato Feder, Secretário da Educação do governo Tarcísio, foram obrigados a responder. O petista Camilo Santana prorrogou por 60 dias a implantação da reforma, enquanto durar a “consulta popular”. O bolsonarista Renato não acatou a decisão e decidiu prosseguir.

Lula, por sua vez, anunciou que não irá revogar integralmente o “Novo Ensino Médio”. Orienta seu ministro a retomar o antigo “Fórum Nacional da Educação”, organismo tripartite, visando restabelecer a política de conciliação de classes, no modelo usado durante a elaboração do Plano Nacional da Educação. As direções da CNTE e da UNE, prontamente, acataram a proposta e passaram a cobrar rapidez por parte do Ministro em sua convocação. O ministro petista, sob pressão dos elaboradores privatistas do BNCC e da reforma, espera a reação dos movimentos de rua para retomar as reuniões do Fórum e iniciar os reparos em alguns de seus pontos.

O Secretário da Educação de São Paulo, empresário do setor de tecnologia, tem interesse em manter a reforma e

ampliar seus negócios com a venda de aplicativos e suportes para o ensino a distância. Mas, está obrigado a acender uma luz para o caos que se instalou nas escolas de ensino médio. Em nota, disse que “estuda ajustes” na grade curricular, reduzindo a quantidade de horas dos itinerários e introduzindo “novas abordagens”. Deixou claro, no entanto, que não irá aumentar a carga horária das disciplinas regulares, nem retomar as disciplinas que foram abolidas no terceiro ano do ensino médio, a exemplo de história, geografia, filosofia, sociologia, física e química. Portanto, com outra nomenclatura, os itinerários permanecerão.

Lembremos que o estado de São Paulo foi o primeiro a implantar as mudanças curriculares do “Novo Ensino Médio”, um ano antes dos demais estados. Assim, nesse ano, 400 mil estudantes concluem essa etapa de estudo, duramente atingidos por essa reforma, decretada pela ditadura civil de Temer. Não por acaso, o descontentamento é generalizado nas escolas. Os professores reclamam da redução e eliminação de disciplinas, e os estudantes sentem que os itinerários são distracionistas, e que assim estão impedidos de fazer o exame do ENEM para entrar na universidade. Denunciam que as escolas têm os itinerários prontos, desmentindo o governo de que possuem liberdade de escolha. São muitas as denúncias de estudantes sobre os nomes atribuídos aos itinerários, como “Quem divide, multiplica”, “Cartografia afetiva” e outros. Reclamam que os professores não têm o que ensinar e que as aulas dos itinerários são “confusas”. Assim, passam boa parte do tempo nas escolas sem aprender nada. Os professores, por outro lado, estão obrigados a assumir aulas de itinerários, para não ficarem desempregados ou subempregados. O artificialismo dessa invenção afeta o trabalho dos professores. Não sabem o que ensinar nesses itinerários e enfrentam os alunos que rejeitam suas aulas. Não podemos esquecer que boa parte dos itinerários foi atribuído a professores de pedagogia, muitos deles, oriundos da graduação por meio do ensino a distância. Como se vê, instalou-se um caos na rede estadual de educação.

Aproveitar o descontentamento generalizado para exigir a revogação

Já ocorreram duas manifestações em março em São Paulo, a dos estudantes secundaristas e dos professores. Não ganharam projeção porque foram divididas, uma no dia 19 e outra uma semana depois. Mesmo após essa experiência negativa, as direções sindicais e estudantis insistiram na divisão em abril, com o ato dos estudantes uma semana antes da greve nacional da educação, convocada para o dia 26.

Há também outro agravante. A CNTE aprova a greve nacional da educação e não move uma palha para que os sindicatos preparem a paralisação. Repete a mesma política, ou seja, paralisa “onde puder, como puder”. A Apeesp marcou o ato somente no final tarde, porque também não organizou uma greve no estado. Convocou as reuniões de Representantes de Escolas, no sábado dia 15, onde o ponto central era a eleição do sindicato. Sequer os cartazes da greve estavam à disposição dos professores. Sem dizer que houve subseções que, vergonhosamente, realizaram a reunião de forma online, a exemplo de Itaquera, quando os problemas das escolas são inúmeros.

A Corrente Proletária tem feito uma campanha sistemática junto aos professores e estudantes contra o “Novo Ensino Médio”. Denuncia a política das direções sindicais e políticas que não aproveitam o descontentamento generalizado para potencializar a luta nas ruas pela revogação da reforma. E tem defendido a independência dos sindicatos diante dos governos, seja de Lula, ou de Tarcísio. Independência essa que significa romper com a política de conciliação de classes e utilizar os sindicatos e entidades estudantis para defender as reivindicações e métodos próprios dos trabalhadores da educação e dos estudantes.

Porque devemos rejeitar mais essa reforma educacional

O Brasil tem a particularidade de que cerca de 80% das matrículas na educação básica ainda estão na rede pública. Mas, ao longo desse nível educacional, uma parcela de estudantes vai abandonando. É que vemos entre o ensino fundamental II e o médio e entre o médio e o superior. Essa é uma realidade que se mantém, apesar das inúmeras tentativas de reformas promovidas pelos governantes. Uma delas é a introdução da Escola de Tempo Integral, sob a justificativa de combater a evasão escolar, tornar os estudos mais atrativos, ampliar a aprendizagem e oferecer outras modalidades, como o ensino profissionalizante. Os resultados têm demonstrado que uma a uma fracassaram em pouco tempo.

Durante o governo do PT começou a ser elaborada uma reforma do ensino médio e uma base nacional comum e outra diversificada, que poderia ser adaptada às regiões do país. O que fez Temer foi concluir esse processo, aprovando o “Novo Ensino Médio” e a sua base curricular, a BNCC. A partir daí, os governadores tiveram a autonomia para iniciar a sua implantação. Assim, o governador de São Paulo, João Doria, decidiu pela sua implantação imediata, enquanto outros governadores seguiram o prazo estipulado pelo MEC.

Dessa forma, em 2021, período da pandemia, Doria introduziu a nova grade curricular no 1º ano do ensino médio; no seguinte, no 2º ano; e agora, em 2023, no 3º ano. Como a carga horária das disciplinas foi sendo reduzida ao longo dos três anos, para dar lugar aos itinerários, os estudantes e professores puderam ver que, no último ano, a maior parte do tempo na escola passa a ser com as aulas de itinerários. As disciplinas de português e matemática, que possuíam 5 aulas semanais, foram reduzidas a 2 cada uma, e várias disciplinas reconhecidas necessárias para o conhecimento foram banidas da grade curricular. Essa situação gerou um descontentamento generalizado nas escolas. Os outros estados só sentirão esse problema nos próximos anos.

As consequências dessa contrarreforma educacional acabaram extravasando para fora das escolas. O que tem

obrigado a grande imprensa a noticiar o descontentamento e as reclamações de pais, professores e estudantes. E, por sua vez, os governantes tentam arrumar paliativos para evitar a sua revogação, considerada prematura.

Não basta revogar o “Novo Ensino Médio”

A Corrente Proletária, em seus boletins e intervenções públicas, vem mostrando que é preciso vincular essa reforma à política governamental para a educação, que é a de corte de recursos, de avanço da privatização por meio do ensino a distância e da terceirização, de rebaixamento do valor da força de trabalho (salários baixos e substituição de salário por subsídios, eliminação de conquistas, salário diferenciado para a mesma função etc.) e sucateamento geral das condições de ensino. Como também vinculá-la à situação geral de milhões de famílias trabalhadoras, onde o desemprego, subemprego, fome e miséria são alarmantes. Uma reforma educacional desvinculada das condições gerais é por si só natimorta. Eis por que também não basta simplesmente revogar uma medida tão escabrosa como a do “Novo Ensino Médio”.

Está aí por que a campanha da Corrente Proletária pelo fim do “Novo Ensino Médio” parte das condições sociais (objetivas) e não puramente ideológicas. Combina a luta pela revogação dessa reforma com a luta contra as reformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, PEC do teto dos gastos e outras medidas que atacam a maioria trabalhadora e a juventude oprimida. Critica a burocracia sindical que separa as contrarreformas e conduz o movimento de forma corporativa, criando ilusão de que é possível por meio do “diálogo”, dos fóruns, conseguir pôr fim às contrarreformas, por se tratar do governo Lula aberto ao “diálogo”. Exige que as direções sindicais rompam com a política de colaboração de classes e organizem o combate pelos métodos genuínos dos explorados, que são as greves, bloqueios, manifestações rua etc. Justamente porque não defendem transformações na educação, que se chocam com as medidas regressivas dos governantes, é que levantam a bandeira de revogação, sem apresentar um programa de luta que parta das reais necessidades dos estudantes, dos professores e da população trabalhadora em geral. Isso explica por que já não se empenham em derrubar as contrarreformas educacionais de Temer e Bolsonaro.

Faz parte da campanha da Corrente Proletária a defesa de um sistema único de educação, estatal, laico e vinculado à produção social. O que significa a estatização de toda rede privada de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha. Bem como, a defesa da juventude oprimida, que se expressa na bandeira da combinação entre os estudos e o trabalho (4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer). Essa luta permite enfrentar a evasão escolar, porque o aluno-trabalhador não fica impedido de frequentar as aulas e combate a superexploração do trabalho, reduzindo a jornada para 4 horas sem reduzir os salários. A Corrente Proletária tem insistido que a revogação do “Novo Ensino Médio”, por si só, não resolve os graves problemas educacionais. Trata-se de um passo importante para impulsionar as demais reivindicações. Pois será por meio da luta de classes que os trabalhadores e a juventude oprimida compreenderão a importância de combater o capitalismo em desintegração, responsável pela decomposição da escola e da crescente barbárie social.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

